

# DESAFIOS DA QUALIDADE SOCIAL NO CENÁRIO EDUCACIONAL DA MESORREGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

**Marilda Pasqual Schneider**

Universidade do Oeste de Santa Catarina  
marilda.schneider@unoesc.edu.br

**Elton Nardi**

Universidade do Oeste de Santa Catarina  
elton.nardi@unoesc.edu.br

**Camila Regina Rostirola**

Universidade do Oeste de Santa Catarina  
milarostirola@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho pauta-se na necessidade de problematização do tema da qualidade na educação básica. Contempla traduções do termo em políticas educacionais encampadas pelo governo brasileiro nesta primeira década do século XXI e os desafios de um conjunto de municípios da mesorregião oeste de Santa Catarina para o alcance das suas metas de qualidade. Defende que o quadro de ambiguidade no qual se inscreve o conceito pode reduzir as condições de alcance da tão propalada qualidade social difundida nos textos oficiais.

**Palavras-chave:** qualidade social; educação básica; desafios.

Nesta primeira década de novo século, o tema da qualidade assume papel destacado nas políticas públicas para a educação básica. Por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo brasileiro instituiu, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que figura como principal indicador de qualidade dessa etapa de escolarização por traduzir, simbolicamente, o quanto as unidades escolares, o município e o estado avançaram em suas metas educacionais. O Ideb é traduzido pelos índices de aprovação e desempenho escolar, este obtido pela aplicação da Prova Brasil.

Em consonância ao PDE, tramita atualmente no Conselho Nacional de Educação o Parecer CNE/CEB nº 8/2010. Consubstanciado nos resultados de instrumentos educacionais, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), a Prova Brasil, o Ideb e outros, esse parecer define normas para aplicação dos padrões mínimos de qualidade na Educação Básica, expressos em dados sobre a infraestrutura das escolas, número de alunos e quantidade de professores.

Articulada a esse Parecer está a Resolução CNE/CEB 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e traz em destaque, no Título IV “Acesso e permanência para a conquista da qualidade social”. A qualidade preconizada traz em seu bojo a perspectiva de alcance social, implicando a observância de fatores intrínsecos e extrínsecos à

escola na sua aferição.

Como podemos verificar, elementos quantitativos e qualitativos associam-se ao conceito de qualidade propugnado em documentos oficiais desta primeira década de novo século. Os elementos quantitativos são identificados pelos resultados dos indicadores educacionais e pelos insumos, medidos por meio dos padrões mínimo de qualidade que instituem o CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial). Já os elementos qualitativos associam-se às formas de gestão e de organização do espaço escolar, indicativas de uma qualidade social.

Não obstante, pesquisa empírica realizada em um conjunto de 18 municípios da mesorregião oeste do estado catarinense nas últimas duas avaliações (2007 e 2009) indica cautela em relação à conquista da qualidade social, visto não evidenciar correlação entre resultados de aferição e sua correspondência no contexto social.

De acordo com os documentos de políticas analisados, para que uma instituição educativa alcance um patamar mínimo de qualidade, representado por seus indicadores educacionais, deve atingir, na Prova Brasil, pontuação desejável em cada nível de escolaridade que, para a disciplina de Língua Portuguesa, é superior a 200 pontos na 4ª série/5º ano, e a de Matemática, superior a 225 pontos (BRASIL, 2010).

Ainda que tenham obtido desempenho favorável no Ideb, os resultados da Prova Brasil desses municípios evidenciam um quadro preocupante. Na prova de 2009, apenas três deles superaram a pontuação desejável em Matemática. No caso de Língua Portuguesa, esse percentual foi inferior. Apenas dois municípios apresentaram resultados considerados desejáveis. No total, menos de 16% deles apresentou resultados desejáveis em Língua Portuguesa e Matemática.

Esses dados revelam que a conquista da propalada qualidade social para a educação básica é um desafio não devidamente enfrentado pelo conjunto de municípios avaliados. Se não for observado o conjunto de fatores internos e externos à escola, a qualidade pode reduzir-se ao alcance numérico de resultados educacionais. Como consequência, teremos minimização nas condições de alcance social da qualidade no âmbito dos municípios, onde os efeitos da política não são sentidos de imediato.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2010, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.2010.